



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2018 - Nº 17/2018 - MANDATO 2017 – 2021

Aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, João Pedro Costa Arraiolos e António da Conceição Moreira. Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Carlos Jorge Duarte Pereira, em gozo de férias. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, dirigente da Unidade Orgânica Financeira, em regime de substituição.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 1 – Procedimento Concursal para Nomeação em Regime de Comissão de Serviço, do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira – Aprovação da Composição do Júri.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

Ponto 2 – Licença Especial de Ruído, com início às 20,00 h do dia 15/09/2018 e termo às 04,00 h do dia 16/09/2018, para realização do evento “Sunset Summer Party”, a realizar nas Piscinas Municipais de Alpiarça, em Alpiarça.

Requerente: Associação de Estudantes da Escola José Relvas

Para Ratificação:

Ponto 3 – Licença Especial de Ruído, com início às 20,00 h do dia 15/09/2018 e termo às 02,00 h do dia 16/09/2018, para realização do evento “Noite de Karaoke”, a realizar no Bar da Música, Rua da Feira, em Alpiarça.



Requerente: Mário Machacaz Cadimas

Para Ratificação:

Ponto 4 – Apelo da FENPROF – Sobre a Lei 50/2018 (Lei Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais).

Requerente – FENPROF – Federação Nacional dos Professores

Para Conhecimento:

Ponto 5 – Solicitação de suspensão de mandato.

Requerente – Vereador António da Conceição Moreira

Para Conhecimento:

Ponto 6 – Concessão de isenção de juros de mora, referente a habitação social.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 7 – Plano de Apoio para a Substituição do Empréstimo de Saneamento Financeiro.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e vinte minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte de Setembro de 2018, com um total de disponibilidades de 469.297,29€.

Deu início de seguida ao período de Antes da Ordem do Dia:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Presidente da Câmara

Deu a palavra aos Vereadores para colocarem as questões que considerem pertinentes.



Vereadora Sónia Sanfona

Começou por dizer que soube que houve uma reunião em Lisboa para tratar de assuntos relacionados com a recuperação da Escola EB 2,3 S de José Relvas, assunto que tem vindo a acompanhar e fez um pequeno historial do que tem conhecimento. Pretende saber qual o ponto de situação de todo este processo, solicitando alguma informação sobre os avanços que entretanto houveram. Referiu também o facto de, por opção da Câmara, se ter abandonado o projeto da candidatura para a Unidade de Cuidados Continuados, pedindo esclarecimentos sobre esta questão. Perguntou ainda se, estando esta candidatura feita ao abrigo de fundos comunitários, através da CIMLT e não se avançando de imediato com a mesma, se há ou não alguma penalização para o Município e, sobretudo, se podemos aproveitar essa verba para uma outra candidatura que eventualmente venha a surgir. Voltou a falar no Jardim Municipal, mencionando que, enquanto a situação não estiver ultrapassada, sente que deve pressionar o Município a agir, de forma a resolver as situações que estão pendentes. Pretende saber se já houve a receção provisória da obra, de maneira a impor um prazo limite para reparação dos problemas identificados. Questiona também se a prorrogação do prazo que foi solicitado pelo concessionário do Bar do Jardim, se foi deferido e, se sim, se já decorreu. Perguntou ainda porque razão o edifício que está indicado como posto de turismo, não está ocupado como tal. Fez de seguida algumas considerações sobre a Alpiagra, dizendo que gostou do espaço do Cavalo do Sorraia e da sua dinâmica, do parque dos espetáculos e da sua envolvência. Achou que o espaço de exposição de carros não foi bem conseguido e que seria uma boa opção estender os restaurantes para o pavilhão comercial que, na sua opinião estava um pouco vazio. Observou que a praça das tasquinhas devia ser isso mesmo, um espaço para as tasquinhas e não para o artesanato. Mencionou no entanto que a Feira esteve movimentada, com muita gente jovem, o que considera um bom sinal. Observou que a entrada principal da Feira pode ser melhorada e disse que o espaço da garraiada devia estar no local onde sempre esteve e não à entrada.

Vereador António Moreira

Em relação à Alpiagra está globalmente de acordo com a opinião da Vereadora Sónia Sanfona. Referiu, em relação ao espaço da restauração que não compreende como foi possível uma só empresa ficar com três espaços, tendo posteriormente cedido um e que alguma coisa deveria ser



revista no regulamento, de forma a permitir que outros restaurantes pudessem participar no concurso. Entende que os espaços estavam bem definidos e no sítio certo, no artesanato achou que devia haver mais iniciativas nesse local, ou então colocar ali algumas tasquinhas, para que as pessoas visitassem mais o espaço. No geral acha que a Feira esteve movimentada, sendo da opinião que cinco dias é pouco para este certame. Sobre outros assuntos, referiu que há um problema na Escola EB 2,3 S de José Relvas que tem a ver com os horários de alguns alunos que saem cedo da escola e que têm de estar algum tempo à espera do transporte escolar, nomeadamente alunos dos lugares. Fez uma referência à iluminação pública que, na sua opinião, devia deixar de ser alternada. Falou numa situação que já havia trazido a esta reunião, no Casal Cambique, para regularização de um arruamento e que ainda não está resolvida. Voltou também a falar na situação de Vale de Tojeiros, que tem a ver com a reabertura de uma rua e solicita informações do que foi feito até agora. Disse que as “Águas do Ribatejo” abriram um buraco na sua rua para reparar uma rutura e que durante dois meses e meio esse buraco não foi regularizado, tendo entretanto contactado a empresa, que resolveu o problema.

Presidente da Câmara

Respondeu às questões colocadas. Começou por falar na Escola EB 2,3 S de José Relvas, dizendo que o processo da recuperação global tem sido moroso, mas que tem a ver com a necessidade de incluir a tipologia de investimentos no programa estratégico da Lezíria, para poder integrar o Programa Operacional Regional do Alentejo, que não tinha como prioridade de investimento as escolas. Sendo esta uma responsabilidade da administração central, houve no entanto um entendimento para aceitar a proposta do Ministério de Educação, de divisão da verba da componente nacional, considerando que houve transferência de competências para o município de Alpiarça na área da educação, com a responsabilidade da manutenção da Escola EB 2,3 S de José Relvas. Esclareceu que há um mapeamento da administração central relativamente aos projetos que são prioritários e que, por esse mapeamento, a lezíria tinha duas escolas identificadas como prioritárias, que eram a de Alpiarça e a do Cartaxo. Disse que já houve uma reunião na DGESTE, para falar de pormenores técnicos e já há técnicos, quer da DGESTE quer do Município, no terreno, a preparar o projeto e a fazer a sua avaliação. Sublinhou que o valor da obra será de cerca de dois milhões de euros. Aquando da visita da Sra. Secretária de Estado da Educação à Escola EB 2,3 S de



José Relvas, falou-se em três milhões de euros, mas estes eram para Alpiarça e Cartaxo. Em relação à Unidade de Cuidados Continuados, deu nota que o Município nunca assumiu que não será feito. Transmitiu que não será fácil, devido à situação financeira, mas nunca foi dito que não se fará. Há questões a considerar mas, de acordo com a evolução da situação financeira, será feita uma análise para aquilatar se é possível avançar com a obra. Referiu que, no âmbito da contratualização, há necessidade de gerir o valor destinado a esta obra com os outros municípios da CIMLT. Realçou que entretanto surgiram um conjunto de oportunidades de realização de obras no concelho, como o Quartel da GNR, o Mercado e a reabilitação da Vala de Alpiarça, para os quais há necessidade de encontrar verbas para fazer face às mesmas, em termos de tesouraria. Em relação ao Jardim Municipal, há efetivamente situações que ainda não estão resolvidas. O Engenheiro José Portugal informou que já foi feita a receção provisória da obra. O Presidente continuou dizendo que o lago ainda não foi reparado e que por isso não vale a pena enchê-lo, situação que terá de ser resolvida. Sobre a concessão do bar, foi prorrogado o prazo de abertura até ao final do mês de Setembro e que a Câmara vai continuar a pressionar para que se processe a abertura do espaço, o que, se não acontecer, terão de ser tomadas as medidas necessárias. Em relação ao posto de Turismo, informou que o mesmo está aberto e que está um funcionário da autarquia a assegurar o seu funcionamento. Referindo-se à Alpiagra, o Presidente registou com agrado a forma correta, aberta e colaborativa da avaliação dos senhores Vereadores. É do seu entendimento que a Feira correu muito bem, mas que havia algum risco, tendo em conta as alterações e as apostas feitas. Considerou que a Feira tem consolidado o seu espaço e vindo a afirmar-se ao longo dos anos. Realçou que agora os custos são mais controlados e reduzidos, em relação aos últimos anos dos mandatos do Partido Socialista. Transmitiu que esta foi a melhor Alpiagra, tendo até como base a opinião de alguns expositores, que afirmaram que em termos de receitas este foi o seu melhor ano, mesmo com a redução para cinco dias. Em relação às alterações disse que os restaurantes foram os que se inscreveram e que estiveram sempre cheios, por vezes com lista de espera e muitas pessoas não conseguindo lugar nos restaurantes, encheram também as tasquinhas. Achou no entanto que se terá de se equacionar a possibilidade de aumentar a zona de restauração. Teve também a ideia que o espaço do artesanato teve muitos visitantes. Mencionou o facto de o recinto da Alpiagra ser dos maiores da região em termos de área e referiu que a grande maioria das festas cada vez se reduz mais a comidas e bebidas, com alguns espetáculos. Sublinhou o facto de a nossa



Feira ter 3 pavilhões cobertos e toda a área envolvente, que é enorme, quando algumas feiras se desenvolvem, por exemplo, num pavilhão. Sobre as questões dos transportes escolares, disse que iria procurar mais informações sobre o assunto e ver se se justifica alguma intervenção. Em relação à iluminação pública referiu que, de acordo com a candidatura já aprovada para a colocação de luminárias com tecnologia Led, proximamente essa situação será ultrapassada. Deu nota que, relativamente ao Casal Cambique, o Vereador Carlos Jorge poderia esclarecer melhor esta situação, mas fica o registo para se resolver o problema. Esclareceu que as linhas de água fora dos perímetros urbanos são da responsabilidade dos proprietários, a quem cabe fazer a manutenção das mesmas, sendo que, muitas vezes o próprio município se substitui àqueles, para resolver problemas mais graves, o que já tem acontecido. Sobre as obras das “Águas do Ribatejo” e a demora na reparação do piso, o Presidente afirma que por vezes as obras são entregues a sub-empiteiros e que estes demoram tempo a repor o pavimento. Esclarece no entanto que a empresa está a estudar a possibilidade de criar uma brigada de intervenção rápida, para resolver os problemas de forma mais célere.

Vereador João Pedro Arraiolos

Acrescentou, em relação aos transportes escolares, que apenas com três dias de aulas, poderão haver alguns ajustes a fazer em termos de horários. Referiu que há um conjunto de fatores que necessitam de ser articulados, quer com a própria Escola que tem de elaborar os horários, quer com os transportes que são feitos pela Rodoviária do Tejo. Observou que alguns alunos são transportados pelas carrinhas do Município, quando são em número reduzido e é possível fazer o transporte. Disse que com três dias de aulas é perfeitamente aceitável que haja alguns ajustes a fazer e essa articulação está a ser feita em conjunto com o Agrupamento de Escolas.

Engenheiro José Portugal

Em relação ao Jardim disse que há situações que ainda não estão sanadas, que a receção provisória foi feita e que foi dado um prazo de vinte dias para sanar os problemas, prazo esse que terminaria no final da semana passada. Disse que já entrou em contacto com o Engenheiro da empresa para fazer o ponto de situação. Há situações para resolver, como o lago e os espaços verdes, onde algumas espécies de árvores não vingaram, bem como um conjunto de pequenos problemas.



Sobre o Parque infantil, este está em fase de resolução e a uma pergunta do Vereador António Moreira, esclareceu que a receção final só será feita num prazo de cinco anos, sendo que qualquer problema que seja da responsabilidade do empreiteiro, terá de ser sanado por este, dentro desse prazo. A um pedido de esclarecimento da Vereadora Sónia Sanfona, sobre o que fez o empreiteiro no prazo de vinte dias após a receção provisória da obra, disse que já foram sanados alguns problemas, nomeadamente as lajes que estavam levantadas no pavimento, fez uma intervenção nos espaços verdes e colocou placas soltas nos edifícios.

Vereador António Moreira

Perguntou qual foi o critério usado pelo Município para homenagear os empresários distinguidos na Alpiagra, dizendo que o foram e bem, mas pretende saber qual o critério.

Presidente da Câmara

Em resposta ao Vereador António Moreira, disse que a Câmara pretendeu distinguir, reconhecer e valorizar o trabalho dos empresários na área da Agricultura que mais se destacaram no concelho, reforçando que a ideia será alargar a outras áreas económicas como o comércio ou o turismo. Disse que também foram entregues os prémios, à Quinta da Lagoalva, atribuídos pela Entidade de Turismo do Alentejo/Ribatejo para o melhor projeto de Enoturismo, ao Restaurante do Cavalo do Sorraia a Certificação de Qualidade e à Casa Paciência o Prémio Internacional “La Selezione del Sindaco” pelo seu vinho abafado, atribuído em Itália e entregue pelo Secretário da AMPV. Em relação aos critérios, referiu que o objetivo foi começar pelas empresas que, de alguma forma já foram reconhecidas a nível nacional ou internacional e que nas próximas Alpiagras outras serão alvo de distinção.

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

Ponto 1 – Procedimento Concursal para Nomeação em Regime de Comissão de Serviço, do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira – Aprovação da Composição do Júri.



Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

Vereador João Pedro Arraiolos

Especificou que na sequência da alteração do organograma do Município de Alpiarça, foi criado o cargo de Dirigente de Unidade Orgânica Financeira, que se encontra preenchido em regime de substituição e, cumprindo o que está determinado na Lei, há necessidade de se abrir um procedimento concursal, no prazo de noventa dias após essa nomeação e o que vem agora a deliberação é a proposta de composição do Júri.

Não havendo mais questões a colocar, o Presidente colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade. Deliberado também remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 2 – Licença Especial de Ruído, com início às 20,00 h do dia 15/09/2018 e termo às 04,00 h do dia 16/09/2018, para realização do evento “Sunset Summer Party”, a realizar nas Piscinas Municipais de Alpiarça, em Alpiarça.

Requerente: Associação de Estudantes da Escola José Relvas

Para Ratificação:

Não houve intervenções.

A ratificação foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 3 – Licença Especial de Ruído, com início às 20,00 h do dia 15/09/2018 e termo às 02,00 h do dia 16/09/2018, para realização do evento “Noite de Karaoke”, a realizar no Bar da Música, Rua da Feira, em Alpiarça.

Requerente: Mário Machacaz Cadimas

Para Ratificação:

Não houve intervenções.

A ratificação foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 4 – Apelo da FENPROF – Sobre a Lei 50/2018 (Lei Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais).



Requerente – FENPROF – Federação Nacional dos Professores

Para Conhecimento:

Presidente da Câmara

Fez algumas considerações sobre o texto do documento da FENPROF, que se dirige aos autarcas e que demonstra as preocupações daquela Federação sobre a transferência de competências para as Autarquias Locais.

Vereadora Sónia Sanfona

Transmitiu que há no documento um conjunto de considerações com as quais não concorda, nem se revê. Afirmou que outra coisa seria se estivessem a falar noutras preocupações dos professores, como é o caso da sua carreira e um conjunto de outras medidas relacionadas com o seu estatuto profissional. Acha que a recusa, de princípio, de que os municípios tenham a capacidade e o envolvimento de levarem por diante alguns objetivos, como conceder uma melhor educação, respeitando os direitos dos professores, não é a sua visão.

Presidente da Câmara

Mencionou que, ao contrário da Vereadora, subscreve totalmente as preocupações e as considerações da FENPROF que, na sua opinião, tem um profundo conhecimento da realidade das escolas. Disse que as considerações contidas neste documento são idênticas às que levaram o Município a aprovar, na reunião anterior, uma tomada de posição sobre esta mesma matéria.

Feitas estas considerações, foi dado conhecimento do documento.

Ponto 5 – Solicitação de suspensão de mandato.

Requerente – Vereador António da Conceição Moreira

Para Conhecimento:

Foi dado conhecimento.

Ponto 6 – Concessão de isenção de juros de mora, referente a habitação social.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Vereador João Pedro Arraiolos

Fez a exposição dos objetivos deste ponto.



Vereador António Moreira

Colocou uma dúvida, que foi devidamente esclarecida. Fez mais algumas considerações sobre o assunto.

Presidente da Câmara

Fez também algumas considerações sobre o assunto.

Colocou de seguida o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Ponto 7 – Plano de Apoio para a Substituição do Empréstimo de Saneamento Financeiro.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Presidente da Câmara

Deu conhecimento que se trata de um documento que surge na sequência de um conjunto de contactos que a Câmara tem vindo a fazer com entidades bancárias, no sentido de fazer um empréstimo de substituição de dívida, de modo a substituir o empréstimo de saneamento financeiro, que pesa bastante no orçamento do Município. Sublinhou que esta operação é fundamental ao funcionamento futuro da Câmara e ao relançamento de alguma capacidade de realização e de investimento. Realçou que nalguns dos contactos com as entidades bancárias surgiram possibilidades de financiamento e que foram pedidos mais dados da situação financeira do município, entre os quais este plano, sobre o que a Câmara fez e o que pretende fazer no futuro. Disse que a ideia é que este documento reflita o mais exatamente possível a situação atual da Câmara e defina com a maior precisão também os próximos anos, em termos de intervenção. Sublinhou que tem sido a dívida de curto prazo, ou dívida não financeira que tem exercido uma pressão grande sobre a tesouraria da Câmara e que, com a dívida bancária cria uma situação difícil em termos de sustentabilidade. O objetivo desta operação será alargar o prazo de pagamento, não aumentando o seu valor final a pagar.

Vereador João Pedro Arraiolos

Disse que trata-se de um documento não formalizado em termos da sua elaboração, mas sim uma forma de demonstrar o que a Câmara pretende fazer em relação a este tipo de operação. Afirmou que existe agora alguma aceitação por parte das entidades bancárias para a realização desta operação, enquadrável em termos legais e possível de concretizar. O plano faz o enquadramento



de toda a situação da Câmara e da sua evolução e faz um quadro previsional em termos da manutenção da situação atual e posteriormente de um cenário alternativo com a própria renegociação, que permitirá claramente uma situação muito mais favorável para o funcionamento do município e da sua capacidade de investimento.

Vereadora Sónia Sanfona

Começou por afirmar que o facto de o município pretender substituir o empréstimo de saneamento financeiro nesta altura é positivo, o que decorre de ter vindo a cumprir o plano de saneamento financeiro e de ter, em tese, gerado condições para chegar junto das entidades bancárias e solicitar esta operação, em condições mais favoráveis para o município. Questão diferente é o plano de apoio que é submetido à apreciação da Câmara e que visa instruir esse pedido às entidades financeiras e que, na sua opinião, é um plano pouco realista. Acha que este implica um conjunto de medidas gravosas para as pessoas. Fez perguntas sobre a dívida de resíduos e sobre a dívida de energia. Perguntou também para quando a perspectiva de resolver a situação dos fundos disponíveis, considerando que esta questão é essencial para a obtenção de vistos positivos do Tribunal de Contas. Disse que o plano fala em receitas extraordinárias para fazer face a alguns projetos já apresentados e pretende saber onde é que o município vai buscar essas verbas. Perguntou se os empréstimos de curto prazo têm ou não obrigatoriedade de serem liquidados no ano em que são contraídos. Fez ainda algumas considerações sobre o plano apresentado, no que diz respeito ao capítulo das receitas e das despesas, tendo colocado mais algumas questões. Terminou esta intervenção dizendo que, se por um lado entende que se justifica alterar o panorama da situação financeira da autarquia, com recurso a meios que permitam aliviar o pagamento de juros e os prazos para cumprimento do pagamento de dívida, sendo uma medida a considerar, por outro, tem muitas dúvidas em relação ao conteúdo de um documento que servirá para instruir essa pretensão junto das entidades bancárias. Realçou que o documento não reflete a realidade financeira do município e prevê um conjunto de aumentos que vão cair sobre os municípios e que devem ser melhor justificados.

Presidente da Câmara

Esclarece que há valores de taxas que não são atualizados desde dois mil e nove, contrariamente ao que acontecia quando o Partido Socialista tinha maioria, que todos os anos faziam atualizações, o que tinha um peso grande sobre os municípios. No caso da água por exemplo, o Município de



Alpiarça era o que tinha o preço mais elevado de todos os Municípios que vieram a formar as “Águas do Ribatejo”, ao ponto de ser o único Município que ficou com o preço da água mais barato após a entrada nas “AR”. Sublinhou que optou-se por não aumentar as taxas nos últimos anos, de modo a que os municípios fizessem face a um período difícil, de uma crise com grande impacto junto das populações. Disse ainda que, no que diz respeito ao abastecimento de água e ao saneamento, as atualizações são feitas pelas “AR”, de forma a cumprir a legislação em vigor e pelas diretrizes da ERSAR. Realçou que o orçamento do Município de Alpiarça está a suportar cerca de cinquenta por cento das tarifas dos resíduos, quando o Partido Socialista é um grande defensor da atualização tarifária, no sentido de garantir a sustentabilidade do sistema e fazer com que os utentes paguem o seu funcionamento. Sobre o impacto das transferências de competências para os Municípios, disse que estas não terão qualquer impacto no plano, desde que acompanhadas das respetivas contrapartidas financeiras.

Vereador João Pedro Arraiolos

Discorda da opinião de que o plano é pouco realista, uma vez que , da parte da receita se irá manter praticamente a mesma e determina um conjunto de medidas que geram de forma pouco significativa um volume de receita a mais, mas que poderá vir a ser colmatada com o aumento de transferências do FEF, tal como está previsto. Sobre a dívida à Ecoloziria disse que já foram feitas algumas reuniões no sentido de apresentar um plano exequível e estruturado para regularizar de forma gradual o atraso para com a empresa. Em relação à EDP, o Município está a cumprir integralmente o plano de pagamentos acordado. Relativamente às empreitadas, o Mercado Municipal e a Eficiência Energética são candidaturas já aprovadas e incluídas no orçamento e neste plano. Nas restantes, existem algumas candidaturas que, por exemplo no caso do Quartel da GNR, está previsto que seja suportado na totalidade em termos financeiros pelo estado, sendo a Câmara a dona da obra, o mesmo acontecendo com as obras de remodelação da Escola Secundária, aqui com a participação da Câmara numa parte da componente nacional, obras que só podem ser incluídas em orçamento, quando estiverem aprovadas. Quanto aos fundos disponíveis, o que está definido por lei é que os fundos negativos não deverão ser uma condição para o Tribunal de Contas chumbar candidaturas a fundos comunitários. Sobre a alienação de património disse que é o que está previsto em termos de nomenclatura e designação, para que se possam enquadrar investimentos possíveis, tendo a Câmara algum património em termos de terrenos urbanizáveis e



outros terrenos, que em caso de necessidade podem ser alienados. Em relação aos empréstimos de curto prazo disse que estes são liquidados logo no início do ano seguinte, forma de se ultrapassarem alguns problemas de tesouraria. As prestações de serviços que se pretendem libertar têm a ver com a integração de precários. Esclarece que a dívida de curto prazo poderá subir até determinado período, considerando o pior cenário, mas é contra esta possibilidade que se está a desenvolver todo este projeto e a apresentar este plano.

Presidente da Câmara

Reforçou que este é o caminho que interessa ao Município, de responsabilização, de compromisso, para fazer face ao objetivo fundamental, que é substituir o empréstimo de saneamento financeiro, de forma a dotar o Município de maior capacidade de investimento.

Feitas mais algumas considerações, o Presidente colocou o ponto à votação, que foi aprovado com o voto de qualidade do Presidente da Câmara, com dois votos a favor e dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e assino.